

Existiu um projeto Imperial de História? Otto de Freising e a Chancelaria de Frederico I *Barbarossa*

Prof. Ms.Vinicius Cesar Dreger de Araujo

UnG – Universidade Guarulhos
viniciusdreger@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo pretende analisar aspectos da literatura histórica do período dos Hohenstaufen através de questões levantadas a partir do estudo da *Gesta Frederici I Imperatoris*, escrita pelo Bispo Otto de Freising e continuada pelo clérigo Rahewin.

Analisaremos os seguintes aspectos do documento: sua origem, sua semelhança com outros textos, seu emprego de fontes documentais e suas possíveis utilidades como propaganda e literatura de corte.

Em suma, o problema da literatura histórica Hohenstaufen durante o reinado de Frederico *Barbarossa*, especialmente o uso da *Gesta Frederici*, envolve o questionamento da natureza destas fontes e de suas peculiaridades. Apresentamos aqui algumas hipóteses de trabalho, nas quais estamos dependendo esforços para confirmar a viabilidade de cada uma, tentando esclarecer um pouco mais este fascinante problema da História Medieval Germânica.

Palavras-chave: Política, Sacro Império Romano-Germânico, Frederico I.

Abstract

In this paper, we aim to discuss some aspects of the historical literature of the Hohenstaufen period through questions related to the study of the *Gesta Frederici I Imperatoris*, written by the Bishop Otto of Freising and the cleric Rahewin.

Our analysis will focus on the following aspects of the document: its origin, the thematic resemblance with other texts, the use of documental sources and its possible uses as propaganda and court literature.

In summary, the problem of the historical literature in the Hohenstaufen period, especially the *Gesta Frederici*, encompasses the criticism of the nature of such sources and their peculiarities. Here, we will discuss some of the hypothesis we are working on, in order to deepen the knowledge of this fascinating problem of the Medieval German History.

Keywords: Politics, Holy German Roman Empire, Frederick I

Introdução

Ao estudarmos a história do Sacro Império Romano-Germânico na segunda metade do século XII encontramos uma grande riqueza de registros documentais. De fato, destaca-se a crônica escrita pelo Bispo Otto de Freising e seu continuador, o clérigo Rahewin, a *Gesta Frederici I Imperatoris*, obra que, em sua seleção de fatos, se estende da Contenda das Investiduras (década de 1070) ao Concílio de Pávia (1160). Porém, esta riqueza encontra-se muito limitada por um inusitado fator: justamente a maior parte das obras históricas cobre apenas os primeiros anos do reinado do *Barbarossa*, sendo que muitas delas encerram-se no início da década de 1160, acompanhando o fim da *Gesta Frederici*, deixando de lado as três décadas posteriores do reinado.

Otto de Freising é considerado como um dos melhores, talvez o melhor dos historiadores/cronistas do século XII devido à sua *opus magnum*, a *Chronica de Duabus Civitatibus*; possivelmente a melhor síntese de História e Filosofia escrita durante o período medieval. Mas sua obra seguinte, a *Gesta Frederici*, difere da *Chronica* por não ser uma história da Humanidade, mas sim a de alguns anos (efetivamente, de 1152 a 1160) tendo como fio condutor essencial os episódios da vida de um homem, Frederico *Barbarossa*, não sendo, porém, uma biografia em sentido pleno, já que o “biografado” viveu e reinou por mais trinta anos após os acontecimentos finais retratados na obra.

Além de sua reconhecida capacidade intelectual, outro fato importante para a escolha do bispo Otto para a empreitada da *Gesta* deve ter sido suas relações de parentesco com a casa dos Hohenstaufen, já que ele era filho de Leopoldo III de Babenberg e Agnes, filha de Henrique IV, que em primeiras núpcias havia desposado o duque da Suábia Frederico I de Hohenstaufen. Assim, Otto era irmão de Henrique *Jasomirgott* (primeiro duque da Áustria, graças ao *privilegium minus*) e meio-irmão de Conrado III e do duque Frederico II, dito o Caolho, pai de Frederico *Barbarossa*.

Otto baseou-se em sua obra anterior, a *Chronica* para a contextualização histórica da primeira parte da *Gesta Frederici*, entre 1070 e a morte de Conrado III em 1152. Para os acontecimentos entre 1152 e 1160, os autores recorreram a documentos provenientes da Chancelaria Imperial e, no caso de Rahewin, os citando textualmente. Ademais, a abertura da *Gesta* é única: uma carta do Imperador Frederico a seu tio, o Bispo Otto, na qual o *Barbarossa* delineia o que ele considerava serem os principais fatos dos cinco primeiros anos de seu reinado. Tal documento causou muita polêmica entre os historiadores (Carson, 1994: XLVII - LVI), já que nos faz pensar em uma literatura oficial com possíveis fins propagandísticos e tal idéia é, para dizer o mínimo, algo inusitado para a Idade Média.

Problemas

No entanto, a *Gesta Frederici* não é o único documento do mesmo período com conteúdo semelhante, ou seja, uma apresentação dos fatos favorável à visão imperial. Diversas são as obras, mas se destacam o *Carmen de gestis Imperatoris Frederici in Lombardia*, o *Ligurinus*, a crônica perdida de João de Cremona, a crônica de Otto Morena e seus continuadores e ainda diversas obras poéticas pertencentes aos *Carmina Burana* (em especial aquelas produzidas pelo Arquipoeta de Colônia). Poderíamos até

acrescentar outras obras como o *Ludus de Antichristo* e mesmo a *Carta do Preste João das Índias*, embora esta última seja “falsa”¹.

As grandes dúvidas dos especialistas nasceram do confronto entre as fontes, com a subsequente constatação de que as mesmas apresentam um razoável grau de coerência temática, conceitual e mesmo léxica. Estas dúvidas podem ser assim condensadas: pode-se considerar esta documentação como propaganda, mesmo correndo-se o risco do anacronismo? Ou trata-se de uma literatura de corte, de cunho tradicional, voltada para o consumo dos cortesãos?

E mais: como podemos enquadrar o uso de fontes documentais pelos autores, em especial Otto de Freising e Rahewin?

Propaganda?

Em relação à primeira questão, aos proponentes desta idéia permanece a dificuldade de adequar o conceito de propaganda às realidades medievais. O principal problema é que consideramos propaganda como parte dos veículos de comunicação de massa, objetivando alcançar e moldar a opinião de um grande número de pessoas, se possível. Deste modo defrontamo-nos com um imenso anacronismo, já que nenhuma das condições anteriores era satisfatória para o período medieval.

Todavia, também é certo que governantes e instituições de todas as épocas e lugares tentaram influenciar pessoas e muitas vezes convencê-las a endossar certas ações e a adotar como seus determinados pontos de vista.

De fato, encontramos na sociedade feudal a necessidade de se alcançar o *consensus*. O poder do suserano era limitado pelo consenso de seus vassallos, dado de vontade própria, ou o suserano perderia a legitimidade de seu poder, sendo enquadrado como um tirano e assim eram considerados como inválidos os laços sócio-políticos entre este suserano e seus vassallos, como se este, desta forma, houvesse sido excomungado. Na realidade, tanto a excomunhão quanto a declaração de tirania passavam pela clivagem clerical e numa região como a Germânia, onde *Regnum* e *Sacerdotium* estavam em confronto constante, tais conceitos funcionavam como uma permanente ameaça ao poder régio.

A partir da Querela das Investiduras, os imperadores germânicos constataram a necessidade de empregar métodos que propagassem seus pontos de vista, já que foram confrontados pela “máquina” de propaganda eclesiástica: os prelados fiéis às teses gregorianas propagavam suas idéias a partir dos púlpitos, alcançando diretamente seu público-alvo e semeando a discórdia no coração da Germânia. Este foi exatamente o caso dos monges de Hirsau, que agiam tanto como mensageiros – disseminando as mensagens escritas, quanto como pregadores populares – disseminando-as oralmente (Fuhrmann, 1985: 70).

Como exemplo desta relação entre o púlpito e a propagação de idéias, podemos citar o cronista Bruno (clérigo que serviu ao *entourage* do Arcebispo Werner de Magdeburg, e escreveu o *Livro sobre a Guerra Saxônica*), que descreveu como, durante o sermão de Páscoa, em Mainz no ano de 1075, ao qual o próprio Henrique IV esteve presente, um mensageiro entrou com uma carta dos Saxões e demandou que ela fosse “*lida e interpretada para todos os presentes a partir do púlpito; quando isto foi recusado, o próprio mensageiro explicou os conteúdos da missiva para os presentes*” (Fuhrmann, 1995: 71).

É inegável que a Querela das Investiduras foi um ponto de inflexão para muitos problemas e processos históricos no Império e sem dúvida foi a causa para uma renovação das justificativas e da legitimidade política imperiais, além de ser também o marco cronológico para a renovação dos estudos na Germânia, como por exemplo, o da retórica.

A principal refutação ao uso destes materiais como propaganda encontra-se no fato da maioria dos documentos possuírem poucas cópias, revelando assim uma pequena difusão, além de um detalhe de suma importância: serem documentos escritos em latim, ou seja, voltados para um público limitado pelo analfabetismo dominante no público-alvo de sua argumentação, a nobreza; e também a barreira lingüística, que forçava o entendimento destes textos a ser alcançado de modo indireto, através de tradutores.

Este ângulo de propaganda ainda pode ser utilizado, mas com severas restrições; mais uma vez, seu público-alvo era o dos príncipes leigos e eclesiásticos que freqüentavam a corte imperial; os mesmos príncipes que poderiam tanto agir como o esteio do poder monárquico, quanto agir como seus mais encarniçados inimigos. Poderíamos dizer que se tratava de objetivo meritório esta obra de persuasão da alta nobreza germânica, em busca de sua fidelidade e consentimento ao poder imperial. Como exemplo, podemos citar a situação causada em julho de 1156, quando o papa Adriano IV entrou em acordo com o rei Guilherme da Sicília, encerrando efetivamente os acordos com o imperador conforme estabelecidos pelo Tratado de Constança (1153):

*“Os propagandistas que justificaram as políticas do Barbarossa após esta data concentraram-se no que eles chamavam de **“coniuratio contra imperium”** (Gesta Frederici IV.81) perpetrada pela facção pró-Sicília entre os cardeais. Isto era propaganda efetiva. Alguns dos que hesitaram no Concílio de Pávia foram ali persuadidos pelo que ouviram a respeito de **“machinationes (...) et molimina contra imperium”** (Gesta Frederici IV.82). Gerhoh de Reichesberg não aceitou Alexandre III como seu legítimo papa até 1163 e deixou claro que estes argumentos preveniram-no de fazer o reconhecimento antes.” (Gillingham, EHR, 1971: 76).*

Literatura Encomiástica?

Quanto ao segundo questionamento, o seu uso como panegírico ou literatura cortesã para o enaltecimento do monarca é plausível, já que se trata de um tipo tradicional de gênero literário e provável, já que se trata de um imperador que se via como um sucessor direto de Carlos Magno, como legislador e guerreiro. Assim, a *Gesta Frederici* até poderia ter sido concebida como uma espécie de contrapartida à *Vita Karoli*. É possível que esta seja a hipótese mais adequada ao contexto do período, pleno de monarcas poderosos em busca da preservação da glória de seus reinados, como Henrique II e Ricardo I, Felipe II e Rogério II.

O gênero literário biográfico é antiqüíssimo. Em sua existência medieval acabou por ser desenvolvido em três formas principais: a HAGIOGRAFIA, a “BIOGRAFIA” (VITA) e a GESTA LINHAGÍSTICA (louvando não exatamente o indivíduo, mas sim sua linhagem).

Embora a VITA tenha como inspiração os modelos clássicos (sobretudo Suetônio e Plutarco), acabou por se tornar um modelo conciliatório entre os demais

tipos, já que apresentava elementos fortemente estilizados característicos das hagiografias (como os *topoi* de tipo físico, das qualidades etc) e a presença dos valores da linhagem ou dinastia característicos das gestas.

Sua principal característica é a presença do *topos* literário do elogio ao soberano (Curtius, 1997: 234-5), ou seja, um texto essencialmente panegírico, normalmente assim estruturado:

“(...) a técnica (*formula laudis*) prescrevia a gloriosa exaltação dos antepassados, dos feitos da juventude e da idade viril. Qualquer um deve ser louvado pelo que há antes dele, nele e depois dele. Antes dele, como a família e a pátria; nele, como o nome, a educação, a instrução, a beleza do corpo, a sucessão de seus feitos; depois dele, como a conclusão de sua vida, a opinião que o segue depois de morto” (Curtius, 1997: 210).

A *Gesta Frederici I Imperatoris*, escrita pelo bispo Otto de Freising e continuada pelo clérigo Rahewin, é um documento de grande importância para o conhecimento dos anos iniciais (1152-1160) do reinado de Frederico I *Barbarossa*. A princípio trata-se de uma gesta (como diz o título), mas encaixa-se perfeitamente na definição adotada para a biografia, já que combina os elementos das gestas aos hagiográficos. Também é um panegírico ao novo imperador, sobrinho-neto do Bispo Otto, portando todos os elementos tradicionais do gênero. Contudo, ainda assim, é um documento intrigante que questiona os limites tradicionais do gênero.

Se tal hipótese for correta, é provável que o Arcebispo de Colônia, o Arquichanceler para a Itália, Rainald de Dassel fosse o escolhido do imperador para ser o seu patrono das artes e instigador deste tipo de produção literária para a Corte. Rainald possuía tanto a educação quanto o a dedicação para fazê-lo.

Homem do Renascimento do século XII, Rainald foi educado em Paris (assim como o Bispo Otto), sendo um bom exemplo de clérigo intelectualmente bem preparado, daqueles que a Chancelaria Imperial passou a empregar após a década de 1070, após ter ficado patente o despreparo intelectual da Chancelaria frente à Cúria. Ele patrocinou o Arquipoeta de Colônia, um dos maiores goliardos, a produzir poemas encomiásticos – como o panegírico ao imperador, a ele recitado, provavelmente, em outubro de 1163 em Novara (Rojdestvensky, 1931: 42) – e satíricos voltados essencialmente à crítica ao Papado e à Cúria, muitos incluídos nos *Carmina Burana*.

Podemos pensar que Rainald também tenha incitado outros autores a fazer o mesmo: defender o ponto de vista imperial perante os príncipes do reino e criar o ambiente de enaltecimento ao monarca em sua corte. Não é difícil também considerarmos a *Carta do Preste João das Índias* como tal, já que em seu término ela menciona diretamente o Arquichanceler para a Germânia, o Arcebispo Christian de Mainz.

Sabemos que a *Gesta Frederici* foi uma obra encomendada pela Corte e sabemos também que seus autores tiveram acesso a documentos da Chancelaria. Então é possível que esta obra tenha sido encomendada diretamente pela Chancelaria ao Bispo Otto, já naquela época reconhecido como homem de letras e autor daquela que é considerada a obra-prima do gênero historiográfico no século XII, a já mencionada *Chronica de Duabus Civitabus*.

A gesta de Otto e Rahewin utilizou-se dos documentos imperiais e acabou por ser considerada uma espécie de história oficial do reinado de Frederico I, assim sendo utilizada como referência e inspiração para os outros trabalhos anteriormente mencionados. Por exemplo: Rahewin omitiu fatos ao não mencionar a oposição às

políticas imperiais em relação ao papado, liderada pelo arcebispo Eberhard de Salzburg². Contudo, outras omissões de cronistas da época foram piores: todo o cisma de 1160 foi silenciado pelo autor do *Ligurinus*; omissão semelhante ocorreu no *Carmen de gestis Frederici I Imperatoris in Lombardia*, no qual não se encontra menção nem ao cisma, nem ao incidente de Besançon em 1157 (Gillingham, *EHR*, 1968: 297).

Rahewin sempre foi considerado um autor menor, mas Otto também cometeu omissões e mesmo fraudes em seu texto: no livro I da *Gesta*:

“Otto omitiu inteiramente uma série de eventos desfavoráveis à casa dos Hohenstaufen entre os anos 1127-35. Ao final do primeiro livro ele passa um retrato completamente errôneo do estado das terras germânicas à época da morte de Conrado III. E durante o segundo livro ele constantemente superestimou os sucessos de Frederico na Itália, omitindo ou minimizando suas falhas” (Mierow, 1953: 6-7).

Como exemplo, podemos citar que Frederico viajou à Itália em sua primeira expedição (1154-5) com um exército pequeno (aproximadamente mil e oitocentos cavaleiros e no máximo cinco mil infantas) e teve que enfrentar a hostilidade milanesa quase que desde o início da campanha. Por isso, Frederico ordenou o saque e incêndio de diversas cidades e castelos rebeldes e a devastação de suas zonas agrícolas entre novembro de 1154 e fevereiro de 1155. Foram destruídas: Galliate, Momo e Trecate (próximos a Novara), Chieri e Asti, todas fazendo parte da aliança milanesa, mas nenhuma delas forte o suficiente para lidar com o exército imperial, que habilmente evitava o confronto com as comunas mais poderosas. Estas ações foram realizadas devido à fraqueza do exército imperial, não como demonstrações de seu grande poder como Otto gostaria de fazer seus leitores/ouvintes acreditarem.

O uso da documentação pelos autores

Se pudermos considerar a *Gesta Frederici* como um trabalho encomendado e apoiado pela Chancelaria como parte de um esforço voltado para obras literárias de caráter encomiástico, de fundo absolutamente tradicional, como podemos explicar esta busca por um discurso unificado ou ao menos tremendamente semelhante? Ainda mais complicado: como podemos enquadrar o uso verdadeiramente inédito de documentação da chancelaria por parte dos autores?

Os documentos de chancelaria eram pensados na Idade Média em seu aspecto jurídico para o estabelecimento de direitos, não exatamente como fontes históricas. Se os textos foram pensados como encômios e/ou propaganda de caráter limitado, torna-se uma questão secundária, já que o problema do uso dos documentos da Chancelaria Imperial nos traz o seguinte pensamento: qualquer que fosse o caráter da produção historiográfico-literária incentivado pela corte imperial, esta História feita com o uso de documentos agiu como retransmissora dos objetivos imperiais: quais direitos o Império busca obter e quais as bases de legitimidade do monarca a respeito destes mesmos direitos.

Podemos traçar o histórico desta prática ao trabalho dos arquivistas monásticos, que compilavam os documentos dos mosteiros, recopiando-os nos chamados cartulários (Le Goff & Schmitt, v.1, 2002: 528), recorrendo aos mesmos sempre que necessário, para afirmar os direitos e privilégios de suas casas abaciais, mesmo que fosse necessário

recorrer a falsificações baseadas em documentos previamente armazenados, como por exemplo, a famosa Doação de Constantino.

Então, as semelhanças entre as crônicas e o uso das fontes documentais estão entrelaçadas, já que a Chancelaria Imperial incentivou a padronização de sua documentação: em 1125, um escrivão de Bamberg compilou a primeira e mais importante das coleções de cartas imperiais, o *Codex Udalrici* (Rubinstein, 1945: 25), com o auxílio dos arquivos episcopais de sua cidade. Sob Frederico I, a Chancelaria Imperial fez considerável uso do *Codex*.

Os cronistas usaram estes documentos tendenciosamente: assim, na *Gesta Frederici*, a seleção do material utilizado foi feita de tal maneira, que apresentasse o ponto de vista imperial no modo mais claro e convincente; a política de Frederico deveria ser justificada pela evidência documental.

“Se há historiadores ingênuos, a muitos outros não falta espírito crítico. Eles sabem muito bem comparar as fontes e constatar, se existirem, as diferenças. Simplesmente, eles não se sentem no direito de resolver essa diversidade. Oferecem todas as versões de que dispõem e convidam o leitor a escolher. Só que, às vezes, orientam sua escolha silenciando sobre a visão que lhes parece falha”.(Le Goff & Schmitt, v.1, 2002: 529).

Como exemplo, os capítulos concernentes às disputas com Adriano IV e Alexandre III, embora Rahewin declare uma intenção imparcial, apresentando documentos representativos tanto da visão papal quanto da imperial, geralmente oferecem ao partido imperial a última palavra. Um dos momentos de maior visibilidade desta situação encontra-se nos capítulos concernentes ao Concílio de Pávia: enquanto que na documentação apresentada inicialmente encontramos a representação de ambos os grupos rivais (documentos relativos à origem do Cisma e a convocação para o Concílio), não encontramos documentos do partido alexandrino quando Rahewin trata do Concílio propriamente dito. Além disso, a causa de Alexandre III é condenada em todo o momento e a gesta é encerrada com uma justificativa da política imperial.

“O último evento importante trabalhado por Rahewin foi o Concílio de Pávia (5-11 de fevereiro de 1160) e o reconhecimento imperial de Otaviano como papa Vitor IV. Seu relato disto e de toda a seqüência de eventos desde a disputada eleição papal de setembro de 1159 em diante não passa de uma série de relatos e cartas oficiais. Suas próprias palavras servem apenas para ligá-los. Ele estava atento às impressões causadas por sua técnica: por duas vezes ele trouxe à atenção a objetividade de sua versão. Deixe os documentos falarem por si mesmos para que o leitor possa ter sua própria interpretação, ele escreveu. Mas, deliberadamente, ou não, Rahewin aqui está enganando o leitor. Os documentos por ele copiados não representam com justiça os dois lados do caso. Treze foram incluídos, mas apenas dois foram escritos sob o ponto de vista de Alexandre III. Sua versão do que aconteceu em Pávia apoiou-se inteiramente nas fontes imperiais” (Gillingham, EHR, 1968: 297).

Todavia, todo este esforço dos autores para criar a sua versão de fatos e acontecimentos não é nada sem que analisemos seu público-alvo, a corte régia, centro nervoso do reino, no qual conviviam a autoridade do rei e sua necessidade de buscar o *consensus* com seus vassallos.

A Corte Régia

A corte régia era uma instituição, cujas origens medievais se encontram no modelo carolíngio que, **grosso modo**, pode ser descrita tanto como espaço físico ocupado pelo rei (portanto variável, seguindo esta realeza itinerante) quanto como pelas pessoas que cercam o monarca. Esta composição humana da corte pode ser dividida na seguinte forma: o Rei, seus familiares, seus dependentes e servidores pessoais (compondo a sua família estendida), os clérigos e os senhores leigos, formando assim o aparato de governo dos soberanos.

O funcionamento da corte pode ser assim descrito: alguns oficiais leigos velavam pela vida cotidiana da corte (Le Goff & Schmitt, 2002: V.1, 272), ocupando funções como camareiro (encarregado do bem-estar do rei) ou marechal (a princípio, o oficial encarregado pelo bom funcionamento das estrebrias reais), por exemplo. Já os clérigos se encarregavam tanto dos serviços divinos diários na Capela, quanto dos trabalhos administrativos e notariais da Chancelaria. A composição da *curia Regis* incluía também as mulheres e os jovens, que tomavam parte no funcionamento da corte em um nível “simples”, o de serviçais, ao servir alimentos e bebidas a seus superiores e em troca, a aprender todas as nuances da cortesia. “*Esses clérigos e leigos, certamente da confiança do rei, acotovelavam-se no conselho, cujos traços começavam então a desenhar-se. Assim, a cúria feudal permanecia o instrumento eficaz de governo de que todo poderoso tinha necessidade*” (Le Goff & Schmitt, 2002: V.1, 272).

Mas a corte era mais do que isso: “*A corte era o centro de formação pedagógica da nobreza*” (Le Goff & Schmitt, 2002: V.1, 275). Os cavaleiros cortesãos deviam exceder seus pares nas virtudes guerreiras, nos torneios, nos exercícios marciais e esportivos. Além disso, estes guerreiros também eram incentivados a participar da vida cultural da corte e, se possível, este guerreiro já não mais podia ser inculto e/ou analfabeto.

Os cavaleiros, os clérigos e as damas foram tanto inspiradores quanto consumidores desta cultura tão rica e original que foi a cultura das cortes. Muitas vezes foram também autores desta literatura, que, essencialmente, se encontrava separada da literatura monástica por seus temas e formas. “*Para a edificação dos senhores e das damas da corte, sábios clérigos escreveram em Latim a vida dos santos, obras históricas, Espelhos. A dificuldade era que o público ao qual se dirigiam ao qual se dirigiam raramente sabia ler e mais raramente ainda entendia o Latim. Era necessário, portanto, dizer-lhe na sua língua o que havia sido escrito em Latim*” (Le Goff & Schmitt, 2002: V.1, 274).

Eis que podemos encontrar nossa documentação nesta vida cortesã; são textos escritos por clérigos (ou formados por clérigos), para formar o bom cortesão imperial, porém, além da anteriormente mencionada barreira lingüística, havia ainda a dificuldade temática, já que os ouvintes preferiam, por exemplo, os relatos de aventuras de um Rolando ou de Artur, assim, os textos deviam ser produzidos seguindo “*os gostos e as modas de seu público*” (Le Goff & Schmitt, 2002: V.1, 274). Devido a isso podemos compreender melhor, porque, por exemplo, tanto o *Carmen de Gestis Frederici I Imperatoris in Lombardia* quanto o *Ligurinus* foram escritos na forma de poesia épica, influenciada pelos modelos clássicos, para empolgar suas audiências de esquiva atenção.

Conclusões

Poderíamos pensar que esta historiografia Hohenstaufen envolvesse uma idéia de História ao mesmo tempo como registro dos acontecimentos e vitrine para a argumentação política dos Imperadores germânicos, ou seja, uma História utilizada como instrumento de poder, não exatamente propaganda para os cortesãos, mas também mais do que mera literatura encomiástica. Segundo Peter Munz, existe uma estrutura interna na *Gesta Frederici* que compreende os problemas aqui analisados, aliando o encômio à propaganda nesta História como instrumento de poder:

“Cada um dos quatro livros termina em um momento de triunfo. O primeiro livro relata a ascensão dos Hohenstaufen e termina com a morte de Conrado III. Para dar uma boa impressão da família, Otto teve que abandonar sua estimativa pessimista do reinado de Conrado expressa em sua obra anterior; agora ele nos relata que o rei morreu quando tudo estava em ordem. O segundo livro termina com o sucesso do Barbarossa em resolver a disputa entre Henrique o Leão e Henrique Jasomirgott ao ditar o privilegium minus. O terceiro livro termina com o festival coroado de Monza em 1158 que precedeu imediatamente a segunda Dieta de Roncaglia, apogeu da aplicação das políticas imperiais na Lombardia. O quarto e último livro conclui-se com o triunfo imperial em Pávia e a instalação de seu papa Vitor IV; ou mais corretamente, com um retrato brilhante do Barbarossa por Rahewin. Esta estrutura interna da Gesta prova que a obra não era uma mera crônica, mas que foi concebida em termos estritamente formais; Rahewin podia não ser um estilista tão competente quanto Otto, mas seguiu em frente e concluiu a obra conforme o planejado” (Munz, EHR, 1969: 774-5).

Um fato que deve ser enfatizado é que a *Gesta* foi composta baseada essencialmente na carta de Frederico a Otto, que continha um rascunho dos eventos ocorridos entre 1152 e 1157 e aqui se encontra a raiz das omissões praticadas primeiro por Otto e Rahewin e em seguida os outros autores da “historiografia Hohenstaufen”:

“(...) como Schmale apontou, esta carta não passa de uma lista composta de sucesso após sucesso. O Tratado de Constança dificilmente poderia ser elencado como tal, já que desde a campanha de 1155 Frederico foi incapaz de levar adiante seus termos. No segundo livro da Gesta, Otto manteve-se extraordinariamente fiel aos eventos conforme presentes na carta de Frederico. Assim, ele também omite o Tratado de Constança. Além disso, Otto ainda se deu ao trabalho de enfatizar o calor do verão e a ameaça de doenças que forçaram a retirada de Barbarossa antes de completar seus compromissos: “non sine cordis amaritudine” (Gesta Frederici II, 34-37)” (Gillingham, EHR, 1971: 77).

Em suma, esta literatura histórico-encomiástica possui função propagandística no espaço limitado da corte régia, objetivando defender as posições imperiais, baseada em documentos de Chancelaria que reafirmam estas posições, legitimando-as e ainda voltada para educar os cortesãos e assim formar ou modelar um consenso para a política do monarca, criando e mantendo as condições efetivas de governabilidade no Império, afastando assim o espectro da discórdia, da guerra civil e da quebra da legítima autoridade imperial. A “opinião pública” a ser moldada por esta propaganda era a dos cortesãos, tanto leigos quanto clericais, elementos fundamentais para o funcionamento ordenado do *Regnum*.

Referências Bibliográficas

- ARNOLD, Benjamin. *Medieval Germany 500-1300: A Political Interpretation*, London: Macmillan, 1997.
- BARBER, Malcolm. *The Two Cities: Medieval Europe 1050-1320*, London: Routledge, 1995.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Mediaeval Germany 911-1250*, Oxford: Blackwell, 1948, 2 volumes.
- _____. *Europa, Uma revisão histórica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- BOSL, Karl. "Noble unfreedom; The rise of the ministeriales in Germany", in: REUTER, Timothy; *The Medieval Nobility*, Amsterdam - New York - Oxford: North Holland, 1979, p. 291-311.
- CARDINI, Franco. *Il Barbarossa*, Milão: Mondadori, 2000.
- CARSON, Thomas (ed.). *Barbarossa in Italy (Carmen de Gestis Frederici I Imperatoris in Lombardia)*, New York: Italica Press, 1994.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*, São Paulo: EDUSP, 1997.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *Idade Média: Ética e Política*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 2 volumes.
- FUHRMANN, Horst. *Germany in the High Middle Ages c. 1050-1200*, Cambridge: CUP, 1995
- GILLINGHAM, John. "Why did Rahewin stop writing the Gesta Frederici?", *English Historical Review*, vol. LXXXIII, n° 327, 1968, p. 294-303.
- _____. "Frederick Barbarossa: a secret revolutionary?", *English Historical Review*, vol. LXXXVI, n° 338, 1971, p. 73-78.
- HEER, Friedrich. *The Holy Roman Empire*, New York: Frederick A . Praeger Publishers, 1968.
- KRITSCH, Raquel. *Soberania: A construção de um conceito*, São Paulo: Humanitas, 2002.
- LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 2000.
- LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Bauru/São Paulo: EDUSC/Imesp, 2002, 2 volumes.
- LEYSER, Karl. *Medieval Germany and its Neighbours 900-1250*, London: Hambledon Press, 190.
- MIEROW, C.C. (ed.), FREISING, Otto & RAHEWI. *The Deeds of Frederick Barbarossa*, New York: Columbia UP, 1953.
- MORRAL, John B. *Political Thought in Medieval Times*, Toronto: University of Toronto Press, 1980.
- MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *Mudanças e Rumos: o Ocidente Medieval (séculos XI-XIII)*, Cotia: Íbis, 1997.
- MUNZ, Peter. "Why did Rahewin stop writing the Gesta Frederici? A further consideration", *English Historical Review*, vol. LXXXIV, n° 333, 1969, p. 771-9.
- Otonis Morenae et continuatorum, Historia Frederici I*, MGH, Scriptores rerum Germanicarum, Berlim, vol. V, 1928.
- RAMOS, Manuel João. *Carta do Preste João das Índias: Versões medievais latinas*, Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.

- ROBINSON, Ian Stuart. *The Papacy 1073-1198: Continuity and Innovation*, Cambridge: CUP, 1990.
- ROJDESTVENSKY, Olga Dobiache. *Les Poésies des Goliards*, Paris: Éditions Rieder, 1931.
- RUBINSTEIN, N. "Political Rhetoric in the Imperial Chancery during the twelfth and thirteenth Centuries", *Medium Aevum*, 14, 1945, p.21-43.
- STRAYER, Joseph R. (ed. e org.) *Dictionary of Middle Ages*, New York: American Council of Learned Societies, 12 vols., a partir de 1980.
- TORRES, Moisés Romanazzi. "O Sentido Religioso da Noção Germânica de Império", *Brathair*, 4 (1), 2004, p. 64-76. (<http://www.brathair.cjb.net>)
- ULLMANN, Walter. *Historia del Pensamiento Politico en la Edad Media*, Barcelona: Ariel, 1983.
- WOENSEL, Maurice van (trad. e org.). *Carmina Burana*, São Paulo: Ars Poetica, 1994.

Notas

¹ Falsa como correspondência entre o *basileus* Manuel I Comneno e o "Preste João". Como nunca existiu tal monarca ou seu império, ela foi imputado um caráter ficcional; mas, existem evidências sólidas que ela tenha sido produzida pela Chancelaria Imperial de Frederico I como um libelo contra uma Cristandade que não tivesse a preeminência do Império, chamando outros monarcas de *reguli* (como outros documentos imperiais) e cultuando, de certa forma, o feito de Melquisedec, o rei-sacerdote, monarca completo que dispensa a necessidade de um Papa. Ou seja, um texto em sintonia com os desejos e aspirações imperiais.

² Resoluto partidário de Alexandre III, havia levado consigo para o partido antiimperial os principais clérigos de sua arquidiocese: os bispos Roman de Gurk, Hartmann de Brixen e possivelmente o próprio superior imediato de Rahewin, Albert de Freising. Outros apenas apoiavam condicionalmente o imperador, como Conrado de Passau, Hartwig de Regensburg e Eberhard de Bamberg.